

# **Novos Rumos e Onda Livre: a construção de comunidades imaginadas através das radcom**

Beatriz Brandão Polivanov

**Resumo:** Partindo da noção de Anderson (1991) e Cohen (1985) de que a “comunidade” é imaginada, ou seja, de que ela é um constructo simbólico e discursivo e, portanto, polissêmico, procuramos entender neste trabalho como certos agentes envolvidos com a questão das rádios comunitárias – produtores e programadores de duas rádios auto-intituladas “comunitárias” do Rio de Janeiro: Novos Rumos e Onda Livre – constroem discursivamente comunidades em torno de suas rádios. Através de visitas e entrevistas coletadas nas duas rádios, percebemos que as práticas discursivas dos entrevistados vão ao encontro da tentativa de construção de identidades políticas, que utilizam a ideia do pertencimento a uma comunidade como seu “campo de batalha” para unir os indivíduos em torno de problemas, reivindicações e lutas em comum. Dessa forma, buscamos atentar para como e para que são imaginadas essas comunidades, e qual é o papel das rádios nesse processo.

**Palavras-chave:** comunidades imaginadas, rádios comunitárias, discurso

## **INTRODUÇÃO**

Muitos são os autores (Featherstone, 1997; Castells, 1999) que defendem a ideia de que, principalmente com o processo de globalização – marcado, entre tantos outros aspectos, pelo enfraquecimento do Estado Nacional, a percepção e acentuação do caráter fluido e fragmentado da identidade e a desconstrução das “grandes narrativas” –, muitos sujeitos teriam escolhido a localidade (em oposição clara à “globalidade”) e, mais especificamente a “comunidade”, como lócus por excelência para a criação e articulação de movimentos de resistência, que acabariam por reconfigurar as identidades sociais dos sujeitos, dando-lhes um “sentido” que pudesse ser entendido como, de certa maneira, palpável. Por isso, não é à toa que esses movimentos resgatam ideais de “comunidade” relacionados muitas vezes à territorialidade, proximidade e partilha de interesses em comum.

De fato, como sustentam tais autores, a partir do final da década de 70 e início dos anos 80 (para muitos, marco inicial da globalização), parecem ter surgido mais e mais movimentos e organizações urbanas de cunho social, cultural, político e econômico que estavam fortemente atrelados à localidade (na busca pela afirmação de uma identidade local) e buscavam, além de autonomia política, a melhoria das condições de vida de determinados grupos sociais excluídos de

uma forma ou de outra dos louros obtidos com a globalização. Esses movimentos se manteriam e se construiriam no cotidiano, na relação interpessoal direta, e se apoiariam em ideais de solidariedade, conscientização e cidadania (Milton Santos, 2005).

A noção de comunidade – atrelada por muitos sociólogos à de localidade – configurar-se-ia, portanto, como “tendência real-histórica das atuais reorganizações na vida social” (Paiva, 1998, 12). Historicamente, algumas ideias parecem estar associadas ao conceito de “comunidade”, tais como: a busca por unir semelhantes em torno de objetivos e/ou interesses em comum; o compartilhamento de determinado território; um sentimento de solidariedade, união e proteção entre membros de uma comunidade, entre outras. E aqui aparece a questão central deste trabalho: argumentamos, com base principalmente nos trabalhos de Benedict Anderson e Anthony Cohen, que todas as comunidades são imaginadas.

Partimos, portanto, da ideia de que “comunidade” é uma categoria discursiva e, portanto, objeto de disputa. Nesse sentido, o papel da comunicação como estratégia para a construção de comunidades é central, não só porque possibilita uma interação e articulação que não necessitam do contato face a face entre seus membros, mas, talvez principalmente, porque, como afirma Rousiley Maia, ao se apropriarem produtivamente do material midiático, pressupõe-se que os atores tenham realizado “uma atitude auto-reflexiva”, tenham “uma capacidade de acionar experiências” que constam “nas narrativas disponíveis de uma dada comunidade”. Ou seja, pressupõe-se que eles tenham organizado sua própria narrativa e, com isso, produzem “novos sentidos e orientações simbólicas, que os próprios atores” são capazes de reconhecer (2000, 55). Além disso, como ressalta também a autora, ao produzirem e distribuírem seus discursos através de meios de comunicação, os atores fazem com que esses discursos ganhem uma dimensão pública, o que confere relevância a eles.

Ressaltamos que o rádio é o meio que mais parece se destacar na comunicação intracomunitária, devido a uma série de fatores, como seu baixo custo de montagem e manutenção, seu potencial de alcance, imediatismo e o fato de as suas mensagens serem transmitidas oralmente (não sendo necessário ao ouvinte nem saber ler para entendê-las). Assim, têm um papel central na comunicação da “comunidade” as chamadas “rádios comunitárias”, cuja denominação teria se popularizado no Brasil no início da década de 1990. Como apontam Denise Cogo (1998) e inúmeros outros autores, as rádios comunitárias teriam surgido a partir da experiência das chamadas rádios livres<sup>1</sup>, e seriam consideradas manifestações da comunicação popular.

De acordo com definição dada pelo Ministério das Comunicações, único órgão que

---

<sup>1</sup> De maneira muito simplificada, pode-se dizer que as rádios livres são produções radiofônicas de potência limitada, quase sempre de cunho amador, sem fins lucrativos, que não são contempladas pela legislação brasileira e, portanto, são sempre ilegais e que estão relacionadas à vontade de seus produtores de veicular livremente seus discursos através de ondas radiofônicas.

tem o poder de legalizar e também de impedir as rádios comunitárias de funcionarem, “radiofusão comunitária é a radiofusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa frequência e cobertura restrita, com a finalidade de atender a comunidade beneficiada com o serviço”<sup>2</sup>. Uma rádio comunitária teria como função primordial ajudar “o desenvolvimento local mediante a divulgação de eventos culturais e sociais, acontecimentos comunitários e de utilidade pública. É o cidadão exercendo a sua cidadania através do convívio comunitário”<sup>3</sup>. É importante ressaltar também que, segundo o Ministério das Comunicações<sup>4</sup>, uma rádio comunitária deve ter “programação plural” e não pode ter fins lucrativos, diferenciando-se, portanto, das rádios comerciais. Dessa forma, há disputas, por uma questão legal<sup>5</sup> e outra de atribuição de sentido, pelo uso do termo “comunitária” para se designar as rádios (e, de maneira geral, um certo fazer comunicativo), uma vez que ele diz respeito à “comunidade”, conceito polissêmico, mas que remeteria a uma série de “sensações boas”, para recuperar um termo de Zygmunt Bauman (2003). Como atenta Leal, resgatando Frúgoli, “o emprego da noção de comunidade é antes uma estratégia discursiva articulada, de cunho retórico” (2007, 402), e a própria utilização do termo “comunitária” para designar certas rádios é, portanto, objeto de disputa.

O objetivo deste artigo é, assim, tentar perceber de que maneira certos agentes envolvidos com as rádios comunitárias – programadores e coordenadores de duas rádios comunitárias localizadas no estado do Rio de Janeiro – parecem construir discursivamente suas comunidades. Para tal, iremos primeiramente fazer uma breve discussão sobre o conceito de “comunidade imaginada” e, num segundo momento, iremos nos debruçar sobre alguns dos discursos proferidos pelos agentes acima mencionados.

## COMUNIDADE “IMAGINADA” OU SIMBOLICAMENTE CONSTRUÍDA”

Por se tratar de uma categoria discursiva, o conceito de comunidade é polissêmico,

---

<sup>2</sup> Manual de orientação “Como instalar uma rádio comunitária?”, criado pelo Ministério das Comunicações. Disponível em: [http://www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=8844](http://www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=8844).

<sup>3</sup> Cartilha “O que é uma Rádio Comunitária?”, criada pelo Ministério das Comunicações. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/sites/600/695/00000537.pdf>.

<sup>4</sup> Deste ponto em diante poderemos nos referir ao Ministério das Comunicações também como MiniCom, abreviatura comumente utilizada por vários autores.

<sup>5</sup> No Brasil, excluindo as rádios comerciais e educativas (que possuem perfis bastante diferentes), apenas as rádios comunitárias podem receber a outorga – autorização, permissão ou concessão para operar emissora ou estação de rádio –, de acordo com a lei 9.612/98. Dessa forma, rádios intituladas “livres”, “alternativas”, “piratas”, entre outras denominações, não podem ser legalizadas, o que faz com que toda uma gama de rádios com os mais variados perfis tenham que se proclamar “comunitárias”. A disputa pela nomeação “rádio comunitária” é, inclusive, um dos maiores pontos de divergência entre os representantes das radcom, uma vez que, dentre eles, encontram-se, entre outros, aqueles que possuem rádios vinculadas a determinados políticos, rádios religiosas e rádios que se auto-classificam como “verdadeiramente” comunitárias. Assim, ora esses agentes compartilham interesses em comum, ora enfrentam-se por defenderem posições e ideias distintas.

podendo gerar diversas apropriações, cada qual ressaltando um ou outro critério ou aspecto para se definir “comunidade”, de acordo com os interesses e posicionamento dos sujeitos. Tal qual todo conceito, ele é, portanto, objeto de disputas.

Apesar de serem múltiplas as concepções de “comunidade”, algumas acabaram sendo tomadas como referências fundadoras e posteriormente foram reapropriadas ou contestadas. Podemos dizer, grosso modo, que é possível localizar duas grandes referências de comunidade: a pré e a pós-moderna. Na modernidade do século XIX estariam os marcos fundadores do conceito, usualmente atribuídos sobretudo ao pensamento de Ferdinand Tönnies, mas também de Max Weber e Georg Simmel, todos sociólogos alemães que viveram em um período considerado de transição da pré-modernidade para a modernidade e vivenciaram um forte processo de urbanização no século XIX.

Os três sociólogos – principalmente Tönnies – estabeleceram uma distinção entre comunidade e sociedade, que acabou servindo de parâmetro para vários autores posteriores. Em síntese, podemos distinguir três grandes eixos que buscam delimitar o conceito de comunidade, segundo as perspectivas clássicas: 1) o território, 2) os laços de afeto e tradição e 3) a partilha consciente de interesses em comum. Como será visto adiante, em muitas das re-apropriações feitas mais recentemente do conceito de comunidade, é ainda claramente perceptível a influência do pensamento de Tönnies.

Dentre os múltiplos critérios utilizados por diversos autores para se tentar conceituar “comunidade”, poderiam se distinguir dois grandes grupos: aqueles que tendem a uma certa naturalização, ou seja, que buscam definir “comunidade” com base principalmente em critérios relacionados a território e laços de parentesco – menos liberdade de escolha do indivíduo, portanto – e aqueles que percebem comunidade mais pelo viés da cultura, isto é, que utilizam critérios relacionados à partilha de valores e interesses em comum e também de afeto – mais liberdade de escolha do indivíduo<sup>6</sup>.

No primeiro grupo os critérios são mais dicotômicos; o posicionamento dos autores é dualista; pensa-se em termos de perdas em relação ao passado. No segundo grupo, ao contrário, os conflitos que se dão nas interações dos indivíduos são percebidos de forma não dicotômica, ou seja,

---

<sup>6</sup> Acharmos enriquecedor recorrer ao Novo Dicionário de Sociologia para saber como o verbete “comunidade” é lá definido. Encontramos: “Originalmente, o termo *comunidade* indicava uma coletividade de pessoas numa dada área geográfica; pessoas que se ocupavam em conjunto de atividades econômicas e políticas e principalmente que constituíam uma unidade social com o governo próprio e alguns valores comuns e que experimentavam sentimentos de estima mútua. Os exemplos dados são os de uma cidade, uma vila, uma aldeia ou uma freguesia, mas tornou-se proeminente a ideia de comunidade como um objetivo a alcançar. Ela resulta da maior mobilidade das pessoas nas modernas sociedades industriais e também da prevalência dos meios de comunicação de massas. O termo *comunidade* (...) pode apontar para uma comunidade de interesses. Na sociologia moderna permanece a ideia de que o termo *comunidade* é usado de um modo geral e deliberadamente vago” (198-: 99/100). Como argumentamos aqui, o termo é vago e polissêmico, pois se trata de uma construção discursiva na qual se pode jogar com vários critérios diferentes.

é percebida a complexidade das relações humanas; comunidade e sociedade não são dois conceitos opostos e convivem no mundo concreto.

Dessa forma, ressaltamos que há diferentes concepções de comunidade, criadas com base em diferentes critérios. Atentamos, porém, para o fato de que todo e qualquer conceito é uma categoria discursiva e, como tal, é subjetivo e simbólico. Dessa forma, não há comunidades “reais”, concretas. Há, sim, “a *sensação*<sup>7</sup> de estar em comunidade” (Bauman, 2003, 7), o sentimento de pertencer a uma comunidade. O modelo comunitário é, e na verdade só pode ser, sensorial.

Remetemos, assim, ao pensamento de Benedict Anderson, autor de *Imagined Communities*, que entende que “todas as comunidades maiores do que as primitivas aldeias de contato face a face (e, talvez, até mesmo estas) são imaginadas” (1989, 15). O autor detém sua análise mais especificamente sobre a categoria “nação”, que também não existiria concretamente, mas sim seria uma “comunidade política imaginada”. O autor explica que ela é

“*imaginada* porque os membros até da menor nação nunca irão tomar conhecimento da maioria dos seus membros-companheiros, encontrar com eles ou mesmo ouvir sobre eles, mas, ainda assim, nas mentes de cada um vive a imagem da sua comunhão” (Anderson, 1991, 6)<sup>8</sup>.

Apesar de Anderson tratar da categoria “nação”, seu argumento parece-nos válido para pensar também a categoria “comunidade”. Quando inúmeros autores afirmam que as relações na comunidade são primárias, marcadas pelo contato face a face, isso não quer dizer de forma alguma que todos os membros dessa comunidade de fato se conheçam. Mas existiria entre eles a *sensação* de que compartilham algo em comum, como em uma nação.

A comunidade é, então, *imaginada*, de acordo com os critérios que vimos acima (e que dependem dos interesses defendidos pelos sujeitos), como limitada territorialmente, marcada por laços de sangue, afeto e partilha de interesses em comum, companheirismo horizontal, pela falta de conflito e desigualdade etc<sup>9</sup>.

Assim, uma comunidade pode existir antes mesmo de ela existir de verdade, materialmente. O que importa é a representação, o ideal de comunidade, e não sua existência real. Por isso Anderson afirma que “as comunidades não devem ser distinguidas por sua falsidade / autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (1989, 15). Depois de criados os critérios, eles se transformam em paradigmas, que parecem ser naturais. E a *sensação* de comunidade inspira

---

<sup>7</sup> Grifo nosso.

<sup>8</sup> “*It is imagined because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion*” (tradução nossa, 2009).

<sup>9</sup> E, por isso, pode-se falar, por exemplo, em comunidade judaica (unida principalmente pela religião e, por isso, características e interesses em comum), comunidade europeia (para a qual o território é fundamental), comunidade familiar (laços sanguíneos), comunidades no Orkut (interesses em comum) etc. Os critérios são diferentes, mas em todos os casos entende-se que os membros daquela comunidade partilham características e / ou interesses em comum e reconhecem de alguma forma que pertencem a ela.

várias tomadas de posição. A sensação de comunidade é “maior” do que a própria comunidade. A ideia de partilha imaginada, por exemplo, é muito mais forte que a de pertença ao território, tanto que há autores que não veem o enraizamento a uma localidade como critério para se definir “comunidade”<sup>10</sup>.

Anthony Cohen, antropólogo social britânico, corrobora a visão de Anderson. Para ele, a comunidade é uma construção dupla: simbólica e material. Na verdade, nem seria necessário o adjetivo “simbólico”, uma vez que se entende que a categoria “comunidade” é subjetiva, criada simbolicamente. E é material, uma vez que se trata de uma categoria produzida (nos termos de Stuart Hall), construída por sujeitos concretos, na realidade concreta.

A “comunidade” é uma construção narrativa, discursiva. Portanto, os critérios utilizados para se defini-la não existem de fato. Trata-se de um sistema de representações ligado à realidade concreta. Os critérios e definições de “comunidade” são atribuídos pelos sujeitos num processo de significação, que está em permanente transformação e muda de acordo com o contexto, a referência. Dá-se um sentido ao signo (vazio) “comunidade”. Como afirma Cohen,

“Comunidade existe nas mentes de seus membros e não deve ser confundida com afirmações geográficas ou sociográficas de ‘fato’. Por extensão, a distinção das comunidades e, por consequência, a realidade de suas fronteiras, similarmente, estão situadas na mente, nos significados que as pessoas conferem a elas, não nas suas formas estruturais. Como temos visto, essa realidade de comunidade é expressa e enfeitada simbolicamente” (Cohen, 1985, 98)<sup>11</sup>.

Dessa forma, podemos argumentar, então, que toda e qualquer comunidade é, no sentido ampliado do termo, “virtual”, uma vez que ela só existe de fato como experiência sensorial, como criação mental por parte de um grupo de indivíduos que a reconhecem como tal e conseguem também o reconhecimento de outros. O termo “comunidade virtual”, no entanto, está relacionado a debates na área de tecnologia, da informática. Os estudiosos do assunto se questionam até que ponto pode-se falar em comunidades no mundo virtual, tendo em mente a oposição às “verdadeiras”

---

<sup>10</sup> Eric Hobsbawm também mostra que foi social e historicamente necessário criar uma ideia de nacionalismo que compreendesse mais do que o espaço geográfico: “A identificação das nações com um território exclusivo criou tais problemas em amplas áreas do mundo de migração em massa, bem como no mundo não-migratório, que foi preciso desenvolver uma definição alternativa da nacionalidade (...), aqui considerada inerente, não a um trecho especial do mapa ao qual estaria ligado um conjunto de habitantes, mas aos membros desses conjuntos, aos homens e mulheres que se *considerassem* pertencentes a uma nacionalidade, onde quer que por acaso estivessem” (1988: 210) [grifo nosso]. Para o autor, “com o declínio das verdadeiras comunidades às quais as pessoas haviam se habituado – aldeia e família, paróquia e bairro (...) – , declínio ocorrido por elas não mais abrangerem, como haviam feito um dia, a maioria das contingências da vida das pessoas, seus membros sentiram necessidade de algo que lhes tomasse o lugar. A comunidade imaginária da “nação” poderia preencher esse vácuo”. HOBBSBAWN. “Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo” e “Da paz à guerra”. In: *A era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>11</sup> “Community exists in the minds of its members, and should not be confused with geographic or sociographic assertions of ‘fact’. By extension, the distinctiveness of communities and thus, the reality of their boundaries, similarly lies in the mind, in the meanings which people attach to them, not in their structural forms. As we have seen, this reality of community is expressed and embellished symbolically” (tradução nossa, 2009).

comunidades do mundo real. As discussões se baseiam em dois pontos principais: o critério da territorialidade – pode-se falar em comunidades quando elas não estão inscritas em um território? – e a forma como os sujeitos interagem ou, mais especificamente, o critério das relações primárias – indivíduos que só se relacionam por meio do computador, sem nunca terem se encontrado fisicamente, podem formar uma comunidade? Naturalmente, o debate é infinito, uma vez que se pode apelar a diferentes critérios, de acordo com a posição que se deseja defender.

Por exemplo, para [Howard Rheingold](#), autor do livro *The Virtual Community* e um dos primeiros a usar este termo, as comunidades virtuais seriam “agregações sociais que emergem da Net [Internet] quando um número satisfatório de pessoas mantêm discussões públicas por tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço”<sup>12</sup>. Rheingold entende que os indivíduos se uniriam em “grupos cooperativos” num mundo competitivo, pois reconhecem que assim eles poderiam se tornar “mais fortes”, ao formar seus “bens coletivos” e deixar de serem indivíduos isolados. Para o autor, portanto, o que une os membros em uma comunidade virtual é a criação de laços afetivos e uma certa idéia de criar algo em comum, com o fortalecimento e ajuda mútua entre os participantes. Cabe ressaltar também que se utiliza o adjetivo “virtual”, demarcando claramente que se trata de uma comunidade formada no ciberespaço e não no espaço físico.

Outros tantos autores também entendem que o critério da territorialidade tem menos importância que outros critérios, como o da interatividade, afeto e sentimento de pertença e, portanto, para eles, não há problema algum em se conceber uma comunidade desterritorializada, onde a interação pode ser feita somente no ciberespaço, uma comunidade virtual<sup>13</sup>. As comunidades virtuais, assim concebidas, assemelham-se às neotribos propostas por Maffesoli, ainda mais tendo em mente a facilidade com que podem (tanto as comunidades virtuais, quanto as neotribos) ser desfeitas e refeitas e a possibilidade de os sujeitos fazerem parte de inúmeras delas, diferentemente do que ocorre nas comunidades territoriais, familiares e religiosas, por exemplo.

Retomando Cohen, o que importa é a forma como a comunidade é pensada, como se constrói a relação de identidade entre o “nós” e o “eles”. A atribuição de sentido depende do imaginário dos sujeitos concretos. Portanto, mesmo sem existir mais a comunidade física, a identidade social da localidade permanece com os sujeitos. Mesmo que a comunidade não exista de

---

<sup>12</sup> “*Virtual communities are social aggregations that emerge from the Net when enough people carry on those public discussions long enough, with sufficient human feeling, to form webs of personal relationships in cyberspace*” (tradução nossa, 2009). O livro inteiro está disponível online em <http://www.rheingold.com/vc/book/>.

<sup>13</sup> Para discussões sobre comunidades virtuais, ver, por exemplo, PRIMO. “A emergência das comunidades virtuais”. Disponível online em: [http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/comunidades\\_virtuais.pdf](http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/comunidades_virtuais.pdf); LEMOS. “As estruturas antropológicas do ciberespaço”. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/estrcy.html> e RECUERO. “Comunidades virtuais – uma abordagem teórica”. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.pdf>.

fato, ela é importante, uma vez que são a sua representação e o sentido que se dá a ela que elaboram as identidades. Nas palavras do autor,

“não importa se as suas fronteiras estruturais permaneçam intactas ou não, a realidade da comunidade está situada na percepção de seus membros sobre a vitalidade da sua cultura. As pessoas constroem comunidade simbolicamente, fazendo dela uma fonte e depósito de significado e uma referência de sua identidade” (Cohen, 1985, 118)<sup>14</sup>.

Ao se reconhecer e ser reconhecido como membro de uma determinada comunidade, o sujeito entra em um jogo de identidade onde há “eles” e “nós”. O fato de pertencer a certa “comunidade” cria uma referência para a identidade pessoal do sujeito, atribui um certo significado a ela. E o processo de atribuir significado é sempre uma disputa, uma vez que as significações possuem tanta “força” que mudam as configurações no mundo concreto, e por isso interessa-nos sobremaneira perceber quais os significados de “comunidade” (ao menos alguns deles) estão sendo disputados na questão das rádios chamadas comunitárias.

Além disso, é importante entendermos que, no processo de construção simbólica de comunidade, é fundamental o papel da *comunicação*. Como afirmam Briggs e Burke, citando Deutsch: “Uma comunidade é uma ‘rede de canais de comunicação’” (2004, 98). É a comunicação que permite a um grupo de indivíduos criar e representar simbólica e concretamente um mundo de coisas em comum, uma comunidade. Não é à toa que comunidade e comunicação partilham a mesma raiz etimológica – comum; aquilo que é comum. James W. Carey, teórico da comunicação, cita uma passagem do filósofo John Dewey que não poderia ser mais esclarecedora:

“Há mais do que uma ligação verbal entre as palavras comum, comunidade e comunicação. Os homens vivem em uma comunidade em virtude das coisas que eles têm em comum, e comunicação é o caminho através do qual eles acabam possuindo coisas em comum. O que eles precisam ter em comum ... são objetivos, crenças, aspirações, conhecimento – um entendimento comum (...). Consenso demanda comunicação”<sup>15</sup> (Dewey, apud Carey, 1989, 5-6).

E é somente na comunidade imaginada que se pode entender melhor o papel da comunicação, na sua dimensão “comunitária”, do que é comum. Em outras palavras, ao concebermos a comunidade como imaginada, sem necessariamente um território com fronteiras demarcadas e sem o contato face a face entre seus membros, damos-nos conta de que ela só pode

---

<sup>14</sup> “Whether or not its structural boundaries remain intact, the reality of community lies in its members’ perception of the vitality of its culture. People construct community symbolically, making it a resource and repository of meaning, and a referent of their identity” (tradução nossa, 2009).

<sup>15</sup> “There is more than a verbal tie between the words common, community, and communication. Men live in a community in virtue of the things which they have in common; and communication is the way in which they come to possess things in common. What they must have in common ... are aims, beliefs, aspirations, knowledge – a common understanding (...). Consensus demands communication” (tradução nossa, 2009).

existir pois há comunicação; há meios de comunicação através dos quais os membros dessa comunidade podem interagir, significar e ressignificar o mundo.

Carey explica que, no mundo ocidental, o conceito de comunicação tem sido pensado segundo dois vieses, que não necessariamente se opõem: o da transmissão – mais caro aos estudiosos americanos – e o do ritual – em geral preferido pelos europeus. No primeiro a ideia central é de que “comunicação é a retransmissão de sinais ou mensagens à distância com o objetivo de controlar” o espaço e as pessoas. As mensagens estavam ligadas, originalmente, à moral religiosa. O segundo – caro a Dewey e Carey – relaciona comunicação a termos como “participação”, “partilha”, “companherismo”, explorando a raiz etimológica comum em “comunhão”, “comunidade”, “comunicação”. De acordo com essa visão, o ato de comunicar interessa muito menos como aquisição de informações do que como “ação dramática”, na qual os sujeitos participam, historicamente situados, assumindo papéis sociais e se associando.

Numa concepção mais atual de comunicação, Carey a define, em consonância com outros autores, como “processo simbólico pelo qual realidade é produzida, mantida, consertada e transformada” (1989, 23)<sup>16</sup>. Ou seja, o ato de produzir, distribuir e receber informação ao mesmo tempo cria e representa o mundo. É simbólico, do plano discursivo, mas é também material, uma vez que produz realidade.

Dessa forma, podemos pensar a comunicação comunitária muito mais pelo seu caráter ritualístico<sup>17</sup> do que de transmissão de informações. Nesse sentido, buscaremos agora perceber como alguns dos agentes envolvidos com as rádios comunitárias criam e representam certas ideias de comunidade e do fazer comunicação comunitária.

## **RÁDIOS NOVOS RUMOS E ONDA LIVRE: CONSTRUINDO COMUNIDADES**

Afirmamos acima que a comunicação tem uma dimensão ritualística e comunitária, no sentido de que ela é peça-chave na construção de um sentimento de pertença a uma comunidade, de possuir coisas em comum. Quando tratamos da chamada “comunicação comunitária” essa dimensão fica mais do que explícita. Como veremos a seguir, os discursos daqueles envolvidos com a comunicação comunitária é de que ela é produzida por e para os membros da comunidade, aborda majoritariamente assuntos que sejam de seu interesse e dá espaço para que seus membros se manifestem livremente.

É exatamente esse lugar que as rádios comunitárias buscam, ao menos

---

<sup>16</sup> “*Communication is a symbolic process whereby reality is produced, maintained, repaired, and transformed*” (tradução nossa, 2009).

<sup>17</sup> Não discutiremos aqui o conceito de “ritual”. Considerações sobre o assunto podem ser encontradas em PEIRANO. *Rituais ontem e hoje*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

discursivamente, ocupar nas “comunidades”: elas são definidas como emissoras que têm “programação estável, de interesse para a comunidade na qual se instala” e são “ligadas a alguma associação comunitária e coordenadas por um conselho de entidades da comunidade” (Costa Junior, 1999, 19). Elas funcionam, portanto, para construir, simbólica e materialmente, comunidades. E os limites dessas comunidades, já que são imaginadas, podem ser alargados ou estreitados, de acordo com os interesses dos agentes.

Na tentativa de investigar como alguns dos principais agentes envolvidos com as radcom parecem construir discursivamente suas comunidades, realizamos (em 2007) visitas e entrevistas com programadores e diretores de duas rádios auto-intituladas “comunitárias”: a rádio Novos Rumos<sup>18</sup>, que se localiza no município de Queimados, na Baixada Fluminense, e a Onda Livre<sup>19</sup>, localizada no município de São João de Meriti, também na Baixada, ambas no estado do Rio de Janeiro.

Os critérios utilizados para seleção das duas rádios foram: a) atender à grande parte dos quesitos do Ministério das Comunicações para ser classificada como rádio comunitária e ser reconhecida por aqueles que a produzem e outros como tal; b) ter funcionado regularmente há alguns anos – a Novos Rumos foi criada em 1991 e tem funcionado ininterruptamente desde 1997, e a Onda Livre foi criada em 1998 e tirada do ar somente entre 30 de março e 28 de abril de 2005 – apesar de nenhuma das duas rádios possuírem a outorga para funcionamento; c) estar aberta e disponível a visitas e entrevistas e d) ser reconhecida pelos defensores da causa das rádios comunitárias como “modelo” a ser seguido.

---

<sup>18</sup> De acordo com Rosana Cordeiro, diretora-executiva da Novos Rumos, a rádio surgiu em abril de 1991, com o objetivo de “mobilizar as pessoas” para a causa da emancipação – obtida – de Queimados que, na época, era distrito de Nova Iguaçu. Um dos fundadores principais da rádio é Sebastião dos Santos, conhecido como Tião Santos, morador de Queimados que tinha experiência com rádios não comerciais, e que instalou transmissor e antena no porão de sua própria casa para colocar no ar a rádio Novos Rumos. Apesar de inúmeras experiências anteriores de rádios de cunho popular, a Novos Rumos é considerada a primeira rádio difusora do Brasil “a ser administrada diretamente pela comunidade, com regras democráticas estabelecidas em seus estatutos, e a primeira a abrir espaço em sua programação para qualquer pessoa da comunidade, independentemente de qualquer condição política, filosófica, religiosa ou social”. Segundo site da rádio, disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/radio/novosrumos/index2.htm>. Ela se intitula “a primeira rádio comunitária do Brasil” e é assim reconhecida por vários outros sujeitos envolvidos no campo das rádios comunitárias, sendo esse “título” de grande importância para os envolvidos com a rádio, tanto para os diretores, quanto programadores e ouvintes. A Novos Rumos é administrada pelo Radioclube de Queimados, “entidade cultural, sem fins lucrativos, fundada em 13/04/91 e reconhecida de utilidade pública pela lei 173/95 de 22/05/05”, de acordo com o Estatuto do Radioclube de Queimados. s/d.

<sup>19</sup> A Onda Livre surgiu no dia 1º de maio de 1998 com o “objetivo de dar vez e voz aos movimentos sociais”, segundo palavras de Susana Marques, coordenadora da rádio, formada a partir da articulação de seis entidades populares: a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), a Casa da Cultura (Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense), a ABM (Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti), que constituem a “Rede da Cidadania”, e ainda a ASPAS (Ação Social Paróquia Santa Cruz), CATI (Centro de Atividades para a Terceira Idade) e CEPA, entidade do bairro de São João de Meriti voltada para a educação (não existe mais). Atualmente, na prática, é a Casa da Cultura que mantém a rádio. “A Casa da Cultura - Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense - fundada em 1991, volta-se para a promoção da cidadania da população afro-descendente, crianças e adolescentes e mulheres a partir de atividades educativas, culturais, esportivas e sociais”. Fonte: <http://www.casadaculturabaixada.org.br/conheca.htm>.

É interessante notarmos, retomando as discussões acima, que os entrevistados têm concepções variadas (ainda que com pontos em comum) sobre o que seria “comunidade”, podendo ela dizer respeito à Baixada Fluminense, ao município, aos ouvintes da rádio etc. E os critérios usados pelos sujeitos se misturam, como na fala de Susana Marques, coordenadora da rádio Onda Livre:

“eu só fui entender o que é comunidade quando eu vim... eu nasci na Baixada, não me criei na Baixada, voltei pra Baixada já adulta, né? Eu não entendia, porque pra mim comunidade era.. comunidade de Igreja, comunidade de escola, né? (...) Depois que eu cheguei aqui.. ‘comunidades? Não são bairros não?’. Na verdade as pessoas acabaram definindo bairros com uma comunidade, comum, que tá ali em comum, se organizando, mesmo que não se organize até numa questão mais ideológica, né? Mas tá se organizando no sentido duma melhoria da qualidade da vida ali, mesmo que elas não busquem, mesmo que elas não saibam seu direito de buscar, acessar os seus direitos, mas elas próprias, do seu jeito se organizam. Eu tenho feito muito essa leitura. É interessante, né? Aí, se você fala “ah, pô, vai na Câmara”.. “ah, a gente mesmo aqui dá um jeito”. Elas mesmas se organizam. Essas comunidades elas mesmas se organizam”.

Parece-nos que Susana antes pensava a “comunidade” mais de acordo com o critério de interesses em comum, como “comunidade de Igreja” e “de escola” mas, após ir morar na Baixada, o critério territorial, o “espaço” ganha mais força, atrelado à ideia de partilha de algo em comum e, principalmente, de sujeitos que se organizam local e autonomamente e se unem racionalmente com vistas a melhorar sua qualidade de vida, como pensam Castells, Featherstone, Bauman, Paiva, Peruzzo, entre tantos outros autores. A vida em comunidade (assim como outras instâncias, como Deus, nação e família), segundo Castells, seriam “códigos eternos, inquebrantáveis” que dariam aos sujeitos bases para eles reconstruírem suas identidades frente a um mundo ameaçado pela globalização, pelas formações de redes sociais altamente flexíveis e pela crise da família patriarcal. Portanto, é justamente na comunidade, principalmente aquela pensada em termos do território, que uma ideia de “concretude”, de relações próximas, visíveis e tangíveis, toma força para que os sujeitos se organizem para fazerem frente a certos aspectos de uma nova ordem global.

E seria por isso que a radialista só teria “entendido” o significado de “comunidade” quando foi morar na Baixada, onde, assim como outras áreas mais empobrecidas economicamente do Rio de Janeiro, como as favelas, os próprios moradores constantemente utilizam o termo, muitas vezes no lugar de “bairro”, para se referirem à localidade onde vivem, o que certamente é de mais rara ocorrência entre moradores de lugares com menos problemas estruturais<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Raramente ouviremos um morador do Leblon se referir à área em que vive como “comunidade do Leblon”, ao passo que expressões como “comunidade da Rocinha” e “comunidade do Lins” são frequentemente ouvidas.

De fato, na maior parte das ocorrências da palavra “comunidade”, ela estava associada principalmente ao critério territorial, o que é interessante, pois mostra uma aproximação com a definição de radcom do Ministério das Comunicações<sup>21</sup>. Isso não quer dizer, no entanto, e de forma alguma, que as rádios Onda Livre e Novos Rumos estejam de acordo com a atuação do MiniCom; mostra apenas que as três agências parecem ter uma concepção muito próxima do que seja “rádio comunitária” e “comunidade”.

Nos discursos de outros sujeitos, porém, apareceram ainda outras concepções de “comunidade”, relacionadas a diferentes critérios, como o seguinte, de Rosana Cordeiro, diretora executiva da rádio Novos Rumos:

“Que é comunidade, né? Eu acho que é essa variedade de pensamentos, né e... a vontade, né, de expressar isso, né? Os vários pensamentos.. e a importância da rádio como sendo assim... captador dessas informações, né? Esse veículo pra cruzar essas informações e pra gente.. crescer, né? Eu vejo a comunidade assim... uma coisa muito rica, né? (...) É uma comunidade plural, de pensamentos, né, de religiões, pensamentos diferentes”.

Nesta fala podemos perceber uma aproximação com o pensamento de Edward Thompson (1987), que entende a comunidade, ao contrário de muitos autores, não como um agrupamento social homogêneo, mas sim heterogêneo, locus de disputas, mudanças permanentes e convívio entre novos e antigos costumes. Essa visão aparece também, por exemplo, na fala de Eduardo Motta, um dos programadores do “Mobilização Comunitária”, ao falar do porquê ele e os outros que fazem o programa procuraram a rádio Novos Rumos para transmiti-lo:

“Primeiro que não tem dono, aqui nós não temos patrão, não temos que servir a nenhum tipo de interesse, somente à comunidade. Temos as nossas divergências políticas, as nossas posições ideológicas, que é normal, que é plural, aqui há pluralidade de ideias, e a rádio Novos Rumos seria o espaço ideal e original pra se manter, pra se montar um programa da mobilização comunitária”.

Como bem atenta Featherstone, em *O desmanche da cultura*, os relacionamentos na localidade não são “necessariamente mais igualitários, simples e homogêneos”. Ao contrário, as “diferenças e discursos internos podem muito bem ser complexos. Internamente podemos considerar a comunidade como incorporadora de todos os tipos de independências, rivalidades, lutas de poder e conflitos” (1997, 153). Ainda assim, haveria certas circunstâncias que fariam com que as localidades “se unissem”, deixando de lado seus conflitos internos como, por exemplo,

---

<sup>21</sup> Vista na introdução deste artigo.

quando há uma “ameaça” externa àquela comunidade<sup>22</sup>.

Cabe ressaltar também que, nas duas rádios, tanto durante a programação, quanto nas entrevistas e nos próprios nomes de alguns programas (como o “Mobilização Comunitária” e o “Bom Dia Comunidade”, da Onda Livre), a palavra “comunidade” era constantemente evocada pelos sujeitos, como mostram os trechos a seguir:

“Nós aqui, o nosso intuito é de fato democratizar a comunicação, dar espaço pra comunidade, a produzir sua própria informação, principalmente ser informado, defender seus direitos, a gente tem muita preocupação com isso” (Susana, Onda Livre);

“Aqui a gente tem várias rádios locais com transmissores de potência baixa que prestam serviços à comunidade. Agora a Novos Rumos não. A *Novos Rumos*, ela é feita pela própria comunidade” (Rosana, Novos Rumos)

e

“eu gostaria que a comunidade que estivesse ouvindo, procurasse a Rosalva Maranhão, que ela ta fazendo um movimento, ela quer fazer um movimento no dia 2 de novembro, então eu tô convocando a comunidade que não... tá com esse receio sobre essa pedreira, que queira dizer não à pedreira, que procure a Rosalva Maranhão, que eles sabe quem é, a moradora aqui” (Sônia, Novos Rumos).

Ao fazer uso bastante frequente do termo “comunidade”, em falas como as mostradas acima, os sujeitos acabam por *criar* discursiva e materialmente essas comunidades, unindo seus membros em torno de problemas, interesses, reivindicações, conquistas, comemorações, gostos musicais etc. em comum, pois, como afirma Fairclough, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (2001, 91). E, com isso, afirmam ainda o status das rádios de “legítimas”, “autênticas”, “verdadeiramente comunitárias”, uma vez que reforçam inúmeras vezes as que são criadas e mantidas por pessoas da “comunidade”, têm programação voltada para elas e são um “canal aberto” para essas “comunidades” se expressarem. Vale lembrar também que esses critérios são os mesmos que, como vimos, o Ministério das Comunicações e inúmeros autores que escrevem sobre as radcoms utilizam para defini-las.

## CONCLUSÃO

Como afirma Tomaz Tadeu da Silva, “é necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum

---

<sup>22</sup> No caso das rádios comunitárias aqui pesquisadas, ainda que haja divergências e disputas internas, há outros aspectos em comum entre os moradores da “comunidade”, como reivindicações por melhoras de infraestrutura e vontade de veicular seu discurso num meio de comunicação dedicado a ela, que fazem com que os sujeitos se unam.

‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (2000, 85). As rádios comunitárias parecem cumprir exatamente esse papel. Elas conectam discursiva e materialmente programadores, ouvintes e outros que estão com elas envolvidos, criando um sentimento de que todos partilham território, características, dificuldades, linguagem etc. em comum. E, ao fazê-lo, constroem também as identidades sociais e políticas desses sujeitos que, ainda que em permanente mudança, como qualquer coisa no mundo, parecem estar ligadas à transformação de determinadas relações e modos de pensar, apontando para o que seria uma sociedade mais “justa”.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities – Reflections on the origin and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia – De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CAREY, James. “Introduction” e “A Cultural Approach to Communication”. In: *Communication as Culture – Essays on Media and Society*. London: Unwin Hyman, 1989, p. 1 – 37.

CASTELLS, Manuel. “Introdução” e “Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede.” In: *O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 17-92.

COHEN, Anthony. *The symbolic construction of community*. London: Routledge, 1985.

COGO, Denise. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.

COSTA JUNIOR, Achylles. *Da clandestinidade à legalidade – O discurso social sobre as rádios comunitárias*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. “Localismo, globalismo e identidade cultural”. In: *O Desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1997, p. 143-168.

LEAL, Sayonara. “Radiodifusão comunitária no Brasil: desafios e perspectivas para as políticas públicas”. In: RAMOS, Murilo & SANTOS, Suzy (orgs.) *Políticas de comunicação – Buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 377-406.

MAFFESOLI, Michel. “O tribalismo”. In: *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002, p. 101-142.

MAIA, Rousiley. “Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as

- diferenças”. In: *Contracampo*: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2000, p. 47-66.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum – Comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_ (org.). *O retorno da comunidade – Os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PERUZZO, Cicília. *Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- SILVA, Tomaz (org.). *Identidade e e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- THOMPSON, Edward. “Comunidade”. In: *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. Volume II. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987, p. 291-347.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Community and Association*. London: Routledge & Kegan Paul, 1974.
- WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

**Abstract:** According to Anderson (1991) and Cohen’s (1985) notion that the “community” is imagined, i.e., that it is a symbolic and discursive construct and, therefore, polysemous, we aim in this paper at understanding how certain agents involved with community radios – producers and programmers of two self-entitled “community” radios of Rio de Janeiro: Novos Rumos and Onda Livre – construct, within discourse, communities around their radios. By means of visits and interviews held at the studios of both radios, we realized that the discourses of the interviewees seek to build political identities, which use the idea of belonging to a community as their “battle field” to unite individuals sharing problems, claims and fights in common. Hence we tried to focus on how and for what these communities are imagined and what the role of the radios in this process is.

**Key words:** imagined communities, community radios, discourse

**Resumen:** A partir de la noción de Anderson (1991) e Cohen (1985) de que la “comunidad” es imaginada, es decir, de que ella es un constructo simbólico y discursivo y, por tanto, polisémico, intentamos comprender en este artículo como ciertos agentes envueltos con la cuestión de las radios comunitarias – productores y programadores de dos radios auto-intituladas “comunitarias” en Rio de Janeiro: Novos Rumos y Onda Livre – construyen discursivamente comunidades en torno de sus radios. A través de visitas y entrevistas colectadas en los dos radios, percibimos que las prácticas discursivas de los entrevistados buscan construir identidades políticas, que utilizan la idea del pertenecer a una comunidad como su “campo de batalla” para unir los individuos en torno de problemas, reivindicaciones y luchas en

común. Así, buscamos atender para cómo y para qué son imaginadas esas comunidades, y cuál es el papel de las radios en este proceso.

**Palabras-llave:** comunidades imaginadas, radios comunitarias, discurso

*Submetido: 13/08/2009.*

*Aceito: 01/10/2009.*

**BEATRIZ BRANDÃO POLIVANOV** é doutoranda do PPGCOM/UFF e professora substituta do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da UFF.